

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO - CONSED: perfil institucional e alinhamentos com internacionalização

NATIONAL COUNCIL OF SECRETARIES OF EDUCATION - CONSED: institutional profile and alignments with internationalization

Juares da Silva Thiesen¹

Resumo: O objetivo, no trabalho, é identificar o perfil do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e relações de aproximação da entidade com racionalidades da internacionalização dos currículos, sobretudo no que tange ao Ensino Médio. Nesse sentido, apresentam-se aspectos da trajetória de atuação e protagonismos do Conselho, sua composição técnica e política e apontam-se elementos de alinhamento institucional com movimentos pela internacionalização. A exploração dos dados primários é feita pelo acesso a textos disponíveis em sites institucionais e documentos que discutem, de alguma forma, tópicos relacionados aos objetivos e projetos da referida entidade. Conclui-se que o CONSED se mostra comprometido com a perspectiva da internacionalização, atuando de braços dados com setores privados.

Palavras-chave: Internacionalização. Currículo. Mercado.

Abstract: The objective of this study is to identify the profile of the National Council of Secretaries of Education (CONSED) and how it has adopted rationalities for the internationalization of curriculum, particularly concerning high schools. The study presents various aspects of the Council's trajectory of action and protagonism, revealing its technical and political composition, and indicates elements of institutional alignment with internationalization movements. The exploration of primary data is done through access to texts available on institutional sites and documents that discuss, in some way, topics related to the objectives and projects of the referred entity. It concludes that CONSED is committed to the internationalization perspective and works closely with the private sector.

Keywords: Internationalization. Curriculum. Market.

Resumen: El objetivo, en el trabajo, es identificar el perfil del Consejo Nacional de Secretarios de Educación - CONSED y las relaciones de aproximación de la entidad con racionalidades de la internacionalización de los currículos, especialmente con respecto a la escuela secundaria. En este sentido, se presentan aspectos de actuación y protagonismos de la Asociación, su composición técnica y política, y elementos de alineamiento institucional con los movimientos de internacionalización. La exploración de datos primarios se realiza mediante el acceso a textos disponibles en sitios web institucionales y documentos que discuten, de alguna manera, temas relacionados con los objetivos y proyectos de esa entidad. Se concluye que CONSED está comprometido con la perspectiva de la internacionalización, trabajando de mano con el sector privado.

Palabras clave: internacionalización. Currículo. Mercado.

1 INTRODUÇÃO

O propósito de investigar e, portanto, conhecer mais de perto o perfil técnico e político do Conselho Nacional de Secretários da Educação – CONSED, associação de direito privado² que desde 1986 vem assumindo protagonismos na condução das decisões, especialmente no ensino médio no Brasil, surge em meio a uma pesquisa mais ampla que vimos desenvolvendo desde 2017 na Universidade, cujo

¹ Doutor em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas -ICCP - Havana - Cuba. Professor do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE no mesmo Centro. E-mail: juares.thiesen@ufsc.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9299-4441>.

² Fundado em 1986, o Conselho Nacional de Secretários de Educação é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que reúne as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. (CONSED, 2020)

objetivo consiste em compreender influências e implicações dos movimentos transnacionais pela internacionalização da educação e dos currículos nos territórios da educação básica brasileira.

Em trabalhos anteriores (THIESEN, 2020; 2019a; 2019b), nessa mesma pesquisa, apresentamos um conjunto de evidências, algumas das quais motivaram a inclusão de um recorte mais específico, qual seja a identificação do perfil institucional, técnico e político do CONSED e sua relação com racionalidades e propósitos da internacionalização. Busca-se, nesse perfil: i) a identificação de aspectos relacionados com sua composição e funcionamento, especialmente a caracterização das experiências profissionais e acadêmicas de seus conselheiros (*os Secretários de Educação dos Estados da Federação*); ii) as relações de aproximação da vida profissional e política dos conselheiros com o campo da educação pública; iii) a identificação dos principais vínculos políticos que tendem a mobilizar a participação do conjunto de conselheiros nas proposições da associação e iv) a relação institucional da entidade com setores não estatais e privados.

Essa tarefa científica, como já referimos, atende a uma finalidade mais ampla de pesquisa que analisa possíveis alinhamentos dos sistemas educativos e redes públicas de ensino às expectativas, demandas e requerimentos da internacionalização e que considera o CONSED como um dos espaços estratégicos de gestão educacional nesse contexto. Tendo em conta ser o CONSED uma associação que congrega todos os Secretários de Educação dos Estados da Federação do país e que vem ocupando lugar central tanto na indução quanto em processos decisórios na definição de políticas educativas e curriculares para a educação básica, especialmente na etapa do Ensino Médio, avaliamos que conhecer sua configuração técnica e política pode revelar outras evidências importantes nessa relação de aproximação dos sistemas públicos de educação com a internacionalização. Em síntese, que o que pretendemos nesse trabalho é identificar características da composição e de funcionamento da Associação e, nesse âmbito, analisar possíveis vínculos de aproximação com movimentos que protagonizam a chamada internacionalização dos currículos na educação básica.

Nos limites da pesquisa, operamos com o conceito de internacionalização dos currículos na educação básica, definido por Thiesen (2017, p, 1003-04) que afirma:

a internacionalização do currículo na Educação Básica como um movimento, ainda inicial, com motivações de natureza política e econômica, que se fortalece mobilizado predominantemente por influência de organismos estatais ou privados – os quais operam em espaços e instâncias transnacionais. Por distintas estratégias e instrumentos, induzem estados nacionais e sistemas educacionais a desencadearem formulação e implantação de reformas em seus currículos de Educação Básica alcançando, inclusive, espaços escolares. São processos que podem incluir desde a formulação de políticas curriculares mais amplas até reconfigurações, redesenhos, adaptações ou adequações curriculares, com foco nos conteúdos de conhecimento, nas aprendizagens dos estudantes, na avaliação e nas respectivas metodologias de ensino. Em geral, configuram ações desenvolvidas com perspectivas de alinhamento da educação, do currículo e conseqüentemente da formação escolar aos padrões do sistema econômico mundial vigente, mas que são discursivamente apresentadas como alternativas de atualização, inovação, eficiência e modernização.

Em vista do propósito destacado, faz-se inicialmente uma breve contextualização sobre o papel institucional do CONSED, com destaque à participação da entidade na indução e inclusive na gestão das políticas e dos projetos curriculares para o Ensino Médio no Brasil. Em seguida são apresentados dados sobre a composição e configuração da Associação, como caracterização de seu perfil técnico e político. Finalmente são destacados alguns elementos que revelam a ampliação das relações de aproximação ou mesmo de vínculos institucionais do CONSED com racionalidades da internacionalização.

Com base na técnica de análise de conteúdos de Bardin (2006), a exploração dos dados primários, que toma como recorte temporal o ano de 2015, é feita por meio de acesso aos textos disponibilizados no portal da Associação, na plataforma lattes, nos portais virtuais das Secretarias de Estado da Educação e em outros documentos que tratam, de algum modo, sobre o papel e os projetos da referida entidade.

2 O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO MOVIDO POR INTERESSES PRIVADOS DE UM COLEGIADO POLÍTICO COMPROMISSADO COM O MERCADO E ALINHADO COM IDEÁRIOS DISCURSIVOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO.

Instituído em 1986, o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, vem progressivamente ocupando lugar de destaque tanto na formulação da política quanto na operacionalização de projetos e ações relacionados com a educação básica brasileira, com intervenção mais evidente no Ensino Médio. Pesquisadores que analisam o espaço do Conselho na produção e efetivação da política educacional (MARANHÃO, 2000; AGUIAR, 2002; FARIA, 2010), avaliam que a entidade vem cumprindo distintos papéis políticos no campo educacional no decurso desses 34 anos. Em sua primeira fase de atuação que se estende até a primeira metade dos anos 1990, o principal mote foi a bandeira da democratização e a defesa da escola pública, num forte movimento em articulação com os governos estaduais legitimados pelo voto popular, os quais lutavam por maior autonomia administrativa, ampliação de recursos e melhoria dos rendimentos escolares em suas respectivas redes de ensino. Para os referidos pesquisadores, trata-se de uma fase de afirmação política da entidade em contraposição a centralização e as formas burocráticas de condução da educação que vinham marcando a atuação do MEC até final dos anos 1980.

A emergência dos efeitos da Constituição de 1988 associados à novas conjunturas dos anos 1990, caracterizadas, na economia, pela abertura do país ao capital estrangeiro estimulada pelo governo Fernando Henrique Cardoso e, na educação, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 com seus novos marcos instituídos pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, serviram de referência para uma virada no posicionamento político do CONSED no que tange ao seu relacionamento com o MEC - o que marcaria sua 2ª fase de atuação. Aos poucos, de um lugar relativamente crítico e de resistência, a Associação passa alinhar-se com o MEC na definição das políticas educacionais para a educação básica. Com esse deslocamento, vários projetos e programas criados e implantados em âmbito nacional passam a contar com o apoio e contribuição do CONSED.

No contexto de instituição de um novo marco legal para a educação brasileira, em que, entre outras coisas, se redefine as competências dos sistemas de educação nas esferas do poder público, a oferta de ensino médio passa, então, a ser, prioritariamente, de responsabilidade dos estados da federação, cabendo aos municípios a tarefa de conduzir as ações relativas à educação infantil e ao ensino fundamental. Nessa fase, as ações do CONSED são mobilizadas em meio a três novos cenários político-educacionais: abertura ao regime democrático que redimensiona a tonalidade dos discursos na maioria das instituições sejam elas públicas ou privadas; abertura econômica a um mundo que rapidamente se globaliza e, portanto, amplia seu alcance geoestratégico para negócios internacionais em outras áreas comerciais a exemplo do mercado educacional, e um novo marco jurídico no campo da educação que reposiciona os sistemas educativos em termos de abrangência, articulação e competências.

Tomando esse contexto como referência para análise em sua pesquisa, Autor (ano) considera que paralelamente às formas de articulação nos referidos cenários da educação nacional, nos anos 1990 o CONSED passou a construir uma relação de aproximação com organismos internacionais acompanhando uma perspectiva programática assumida pelo governo federal e intensificada na educação com os governos Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente. Com eles, os discursos compostos na década de 1980, tendo como eixo a democratização e a valorização da educação pública, são progressivamente recompostos em outras bases, para dar lugar a um outro tipo de argumentação centrada nas exigências do mercado e na reestruturação produtiva.

Nessa mesma direção, Aguiar (2019) avalia que desde o período do governo de Fernando Henrique Cardoso, efetiva-se uma orientação política para o campo educacional, influenciada sobretudo, por organismos internacionais e instituições privadas com interesses alinhados às demandas do mercado. Tal perspectiva se expressa com mais clareza nas medidas governamentais direcionadas à educação básica e à educação superior, especialmente às políticas de currículo, de gestão educacional, de avaliação e de formação de profissionais da educação. Aguiar afirma que visando modernizar o país, o governo FHC implementou reformas no aparelho do Estado e nas políticas vigentes declaradamente visando reduzir o

custo Brasil, superar a crise econômica e estabelecer as condições para a inserção do país na economia globalizada. Essas reformas atingiram as esferas pública e privada, com privatizações de empresas estatais e abertura da economia e das importações.

Evidentemente que essa nova premissa de base econômica internacional é incorporada como pano de fundo para um conjunto de medidas do governo federal no campo das políticas educacionais e curriculares, iniciadas na gestão FHC e, com menor intensidade, seguidas pelos governos Lula e Dilma. São exemplos dessa nova ordem, a produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais –PCN, a implantação dos sistemas de avaliação de larga escala na educação superior e básica e a massiva disseminação de discursos oficiais em defesa da chamada educação por competências – um conceito instrumental colocado como alternativa para a modernização pedagógica dos sistemas educativos e para a eficiência de resultados.

Avaliamos ser esse o cenário no qual o CONSED se fortalece e politicamente se consolida, especialmente porque assume o Ensino Médio como prioridade na expectativa de enfrentar as evidentes fragilidades dessa etapa de ensino no Brasil. Assim, de braços com o MEC e olhando para contextos supranacionais, a Associação passa a incorporar institucionalmente discursos que defendem a ideia de modernização com eficiência nos processos curriculares e pedagógicos, a acolher orientações internacionais de modelos curriculares considerados exitosos do ponto de vista dos resultados e aproximar-se com força dos setores privados do mercado educacional que sempre difundiram como sua principal marca a capacidade de entregar soluções para problemas que o setor público não consegue resolver. Nessa mesma direção e com essa mesma racionalidade passaram a atuar o MEC, o CONSED e, de algum modo, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.

Com a ampliação dessa base discursiva e com o propósito de garantir melhor performance ao Ensino Médio brasileiro, o CONSED atualmente assume sua posição de vanguarda na gestão das políticas para essa etapa de ensino em plena sintonia com as orientações do Ministério da Educação e do governo federal como um todo. Os giros ainda mais à direita, ao externo e ao privado ocorrem, com maior velocidade, durante a transição do comando político nacional do governo Dilma para Temer e de Temer para Bolsonaro. Esse movimento de trocas provocou mudanças de comando no gerenciamento educacional em praticamente todos os níveis do sistema, desde o Ministério até as Secretarias de Estado e nelas, obviamente, os modos de coordenação das ações do Ensino Médio. Ações especialmente importantes como seu envolvimento institucional na produção dos textos da última versão da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e na Reforma do Ensino Médio, são exemplos desse giro.

Os dados e considerações sobre o perfil técnico e político do CONSED que mostraremos a seguir constituirão os elementos empíricos que ajudarão a evidenciar os movimentos que essa entidade realiza visando alinhar-se as racionalidades, expectativas de demandas da internacionalização em nítida associação com os interesses do setor privado.

3 COMPOSIÇÃO DO CONSED: perfil técnico e acadêmico do grupo que dirige o ensino médio no Brasil

Desde sua constituição em 1986 o CONSED congrega, como colegiado, os 27 Secretários de Estado da Educação³, estruturado com sua sede em Brasília/DF e administrativamente organizado por meio de um fórum, uma presidência, uma secretaria executiva e um conselho fiscal. Seu Estatuto (2001) define que a Associação “tem por finalidade precípua promover a integração das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, com vistas à oferta de uma educação de qualidade e à universalização do acesso aos serviços educacionais, promovendo ações conjuntas para o fortalecimento das políticas públicas de educação”. Já, em seu portal (2020) declara que a finalidade é “promover a integração das redes estaduais de educação e intensificar a participação dos estados nos processos decisórios das políticas nacionais, além de promover o regime de colaboração entre as unidades federativas para o desenvolvimento da escola pública”.

Note-se que pela declaração de finalidade apresentada no portal, o Conselho amplia sua

³ Considera-se 27 em razão de o CONSED contar com 26 Secretário de Educação dos Estados da Federação e o do Distrito Federal – DF.

abrangência e competência política assumindo também a tarefa de “*intensificação da participação nos processos decisórios das políticas nacionais*”. De fato, o CONSED nos últimos anos tem sido frequentemente chamado pelo MEC para contribuir nas decisões da política educacional, a exemplo do que consistiu sua marcada participação na chamada Reforma do Ensino Médio, na produção dos textos da BNCC e mais recentemente na definição das políticas de formação continuada de professores em vista da necessidade de operacionalização da Reforma e da Base Nacional. Há hoje, portanto, ampla sintonia entre o MEC e o CONSED na condução das ações para a Educação Básica pública com destaque ao Ensino Médio.

Esse afinamento é notadamente resultante dos arranjos políticos engendrados durante a após o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, processos nos quais a direita (liberal, conservadora e ultraconservadora) assume o poder tanto no governo central, quanto na maioria dos Estados da Federação. Esse período vem sendo marcado pela forte mudança de comando nas principais instâncias de gerenciamento da educação brasileira, a exemplo do que ocorre no MEC, no Conselho Nacional de Educação, e em outros órgãos de apoio e fomento, tais como CAPES, FINEP, INEP, CNPq. O CONSED forma parte desse movimento que rapidamente se ajusta às novas racionalidades que se impõem, atravessadas que estão por interesses que atendem demandas do mercado impulsionadas por um estado privatista e, em alguns aspectos, conservador.

Ainda que a Associação declare em seu Portal que seus “*membros são das mais diversas correntes políticas. Pluralidade de ideias é uma das principais características, mas a sua bandeira é uma só: a educação pública de qualidade*” (CONSED, 2020), sua composição revela, em parte, esse quadro político que mencionamos antes. A busca pelas siglas partidárias que pertencem os governadores dos Estados aos quais os secretários de educação estão politicamente vinculados, revelou o seguinte quadro:

Quadro 1: Partidos de filiação dos Governadores de Estado e classificação da posição ideológica⁴.

SIGLAS DOS PARTIDOS	Número de governadores	Partidos considerados de centro-direita e direita	Partidos considerados de centro-esquerda e esquerda
PP	01	01	-
MDB	03	03	-
PSC	02	02	-
PDT	01	-	01
PT	04	-	04
PSB	03	-	03
DEM	02	02	-
PCdB	01	-	01
NOVO	01	01	-
PSD	02	02	-
PSL	03	03	-
PSDB	03	03	-
PHS	01	01	-
TOTAL	27	19	09

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020) com base na classificação feita por Maciel, Alarcon e Gimenes (2017).

Por razões de ordem política, esse expressivo número que governadores filiados à partidos que sustentam e disseminam discursos das racionalidades liberal e conservadora, aponta para uma presença e participação também majoritária de Secretários de Educação reafirmando essas mesmas concepções em propostas e ações educacionais desenvolvidas no interior do CONSED.

⁴ A classificação da posição ideológica dos partidos é feita tomando-se por base os estudos de Ana Paula Brito Maciel, Anderson de Oliveira Alarcon e Éder Rodrigo Gimenes, publicados no texto intitulado: *Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil*. Revista Eletrônica de Ciência Política, v. 8, n. 3, 2017.

Outro dado que chama a atenção na composição do colegiado do CONSED refere-se a formação acadêmica dos Secretários. O quadro a seguir mostra que a expressiva maioria não possui a educação com campo acadêmico de formação profissional, aspecto que sinaliza para um problema grave, dado que são eles os gestores da educação pública e que as redes da educação básica em geral e do ensino médio em particular, no Brasil, são altamente influenciadas pelas decisões tomadas no interior desse colegiado.

Quadro 2. Formação acadêmica dos Secretários de Educação – conselheiros do CONSED – 2020

Graduação	Quantidade	Pós-graduação: lato e/ou stricto sensu	Quantidade
Pedagogia	7	Educação	7
Filosofia	1	Políticas Públicas	1
História	1	Economia	5
Engenharia	6	Engenharia	3
Direito	3	Computação	1
Ciência Política	1	Gestão	3
Comunicação Social	1	Ciências Sociais/Políticas	2
Física	1	Direito	1
Administração	4	Recursos Humanos	1
Computação	1	Física	1
Odontologia	1		
Economia	1		

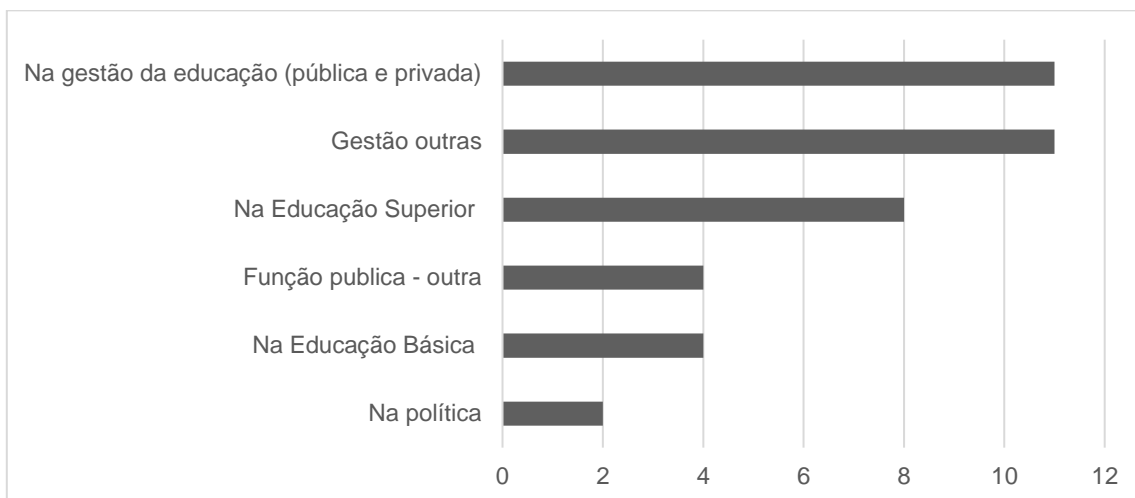
Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no Currículo Lattes dos Secretários de Educação, 2020

Os dados indicam que, aos sete secretários com formação na pedagogia, somam-se apenas mais três com graduação na área de ciências humanas. Significa dizer que aproximadamente 65% dos conselheiros do CONSED não possuem qualquer vínculo de formação acadêmica que contemple curricularmente questões sobre a relação sociedade-educação-escola. Nesse sentido, vale destacar o entendimento de Dourado (2007, p. 924) quando afirma que:

a gestão educacional tem natureza e características próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados. Ou seja, a escola, entendida como instituição social, tem sua lógica organizativa e suas finalidades demarcadas pelos fins político-pedagógicos que extrapolam o horizonte custo-benefício *stricto sensu*. Isto tem impacto direto no que se entende por planejamento e desenvolvimento da educação e da escola e, nessa perspectiva, implica aprofundamento sobre a natureza das instituições educativas e suas finalidades, bem como as prioridades institucionais, os processos de participação e decisão, em âmbito nacional, nos sistemas de ensino e nas escolas.

Diretamente associado ao quadro anterior da formação, destaca-se no gráfico a seguir o conjunto das experiências de gestão educacional desenvolvidas pelos Secretários do Conselho ao longo de suas carreiras profissionais. A ideia aqui é evidenciar o quanto as experiências anteriores dos gestores trazem relação mais direta com a educação básica, já que é nesse campo que atuam e decidem.

Gráfico 1 - Experiências de trabalho dos Conselheiros



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base no Currículo Lattes dos Conselheiros e Portal do CONSED (2020).

Legenda: O número total é maior que 27 porque alguns Secretários possuem experiências em mais de um campo/área.

Note-se que dos 27 Secretários que compõem o Conselho, apenas quatro mostram possuir experiência relacionada diretamente com educação básica. Ainda que significativo grupo tenha exercido atividades de gestão, tanto educacional quanto de outras áreas, sabe-se que esses cargos não guardam relação mais intensa com a etapa da formação básica, trajetória essa carregada de especificidades curriculares e pedagógicas. Revela-se, portanto, haver um colegiado nacional que decide sobre um campo de formação humana que pouco ou nada conhece.

Dado igualmente relevante sobre o perfil de composição do CONSED refere-se a produção científica dos Secretários vinculada ao campo da educação e de outras áreas de conhecimento. Na busca feita aos seus respectivos currículos lattes, com o recorte temporal 2016-2020, foi possível constatar que a contribuição é absolutamente insignificante, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 3. Produção científica dos Secretários (Conselheiros): envolvendo o tema da educação e de outras áreas.

Currículo Lattes	
Possuem Currículo Lattes	Não Possuem Currículo Lattes
25	03

Número total da produção científica na área da educação					Número total da produção científica em outras áreas				
2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
00	02	00	01	00	14	08	08	03	02
Total: 03					Total: 35				

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no Currículo Lattes dos Secretários -2020.

Um dado curioso encontrado no levantamento da produção científica do Conselho, é que os 35 artigos publicados em áreas distintas à educação são de autoria de apenas dois Secretários de Estado. Significa dizer que 25 conselheiros não publicaram qualquer artigo científico sobre qualquer tema nos últimos 05 anos. Os quadros revelam, portanto que há pouquíssima relação entre a formação acadêmica, experiências e produção científica dos conselheiros com a educação básica. Convém destacar ainda que no mapeamento não foi encontrado um texto sequer envolvendo o tema do ensino médio.

É, pois, com essa composição técnica e acadêmica que o CONSED atualmente realiza a gestão de um conjunto de ações visando a suposta melhoria da qualidade do ensino público. São projetos que certamente impactam com força na dinâmica de trabalho nas redes, especialmente porque tocam em questões fundamentais da formação de crianças e jovens nas milhares de escolas espalhadas pelo país. No quadro a seguir, destacamos a chamada dos principais projetos em andamento informados no Portal da Associação, sem detalhá-los, em razão do objetivo e dos limites do texto.

Quadro 4. Principais projetos em andamento no CONSED

Projetos e ações em andamento	Frente de trabalho	Parcerias
Prêmio Gestão Escolar	Avaliação	Prêmio Professores do Brasil
Implementação da BNCC	Currículo e Novo Ensino Médio	Programa Educação Midiática
Dia D Ensino Médio	Implementação da BNCC	Prêmio Shell de Educação
Agenda da Aprendizagem	Gestão Escolar	Sports Visitor Program
	Financiamento	Educação Financeira
	Formação Continuada	Projeto Jovem Senador
	Comunicação e Engajamento	Prêmio Arte na Escola Cidadã
	Inovação e Tecnologia	Aprender para prevenir
	Regime de Colaboração	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no portal do CONSED- 2020.

Do conjunto de ações em destaque, há pelo menos duas frentes que avaliamos ser estruturantes na gestão pedagógica do ensino médio, quais sejam: a denominada *Currículo e Novo Ensino Médio* e a de *Formação Continuada*. Uma olhada mais de perto para esses projetos do CONSED revela que ambos objetivam conduzir a operacionalização da reforma do ensino médio vigente na Lei 13.415 de 2017 e da BNCC, tarefas que estão sendo desenvolvidos com apoio técnico da iniciativa privada, mais especificamente de empresas tais como: “*Instituto Unibanco, Itaú BBA, Oi Futuro, Instituto Natura, Movimento pela Base, Inspirare, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica e Instituto Reúna*”. (CONSED, 2020). No documento do Grupo de Trabalho que elaborou o texto para orientar o aperfeiçoamento das políticas de formação continuada de professores à luz da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), registra-se em nota de rodapé que

O apoio técnico se caracterizou pelo trabalho conjunto com a equipe técnica do CONSED na organização e sistematização dos encontros, custos logísticos para realização das reuniões do GT, contratação de instituição responsável pela facilitação do grupo e contratação de estudos por organizações atuantes na temática para subsidiar as discussões. O apoio ainda contou com o patrocínio das seguintes instituições parceiras do Movimento Todos Pela Educação no âmbito dessa iniciativa: Itaú BBA, Instituto Península, Fundação Telefônica, Fundação Lemann e Instituto Natura. (CONSED, GT, Formação Continuada, p. 04. 2020)

Interessante notar que para além das chamadas *parcerias*, cujo conceito não aparece claramente explicitado nos documentos da Associação, os projetos listados como *frentes de trabalho*, também estão sendo operacionalizados por meio do apoio técnico das arroladas empresas. Notadamente, esse apoio técnico não se limita ao desempenho de funções operacionais, vai muito além, ocupando espaços que são próprios da gestão da instituição, como ressalta, por exemplo, a representante do ItaúBBA, Bia Ferraz, em um vídeo institucional do CONSED que divulga o trabalho de implementação do Novo Ensino Médio. Entre outros pontos, ela destaca que o ItaúBBA “*vem apoiando tem muito tempo o CONSED em pensar as estratégias políticas, os projetos e também no investimento de um grupo de técnicos que sejam muito qualificados pra pensar como que a gente leva novas estratégias pra qualificar a educação do Ensino Médio...*” (CONSED, 2020). Significa dizer que o CONSED, de certo modo, institucionaliza a privatização de suas ações estratégicas na medida que transfere a gestão pedagógica de projetos importantes para

as mãos de empresas que pouco ou nada possuem de acúmulo no campo da formação escolar na educação pública, secundarizando assim, o protagonismo de um importante coletivo de educadores que compõe o quadro do magistério das 27 redes de ensino do país, muitos deles com vasta experiência em coordenação/gestão pedagógica e, inclusive, com formação *stricto sensu* na área específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - destaque aos alinhamentos

Avaliamos que os elementos destacados anteriormente, tanto de contextualização sobre o papel institucional do CONSED, quanto do quadro que caracteriza seu perfil técnico e político, são suficientes para situar as atuais escolhas e os horizontes político-pedagógicos da Associação, sobretudo em relação aos possíveis vínculos de sintonia e aproximação com racionalidades, expectativas e demandas da internacionalização da educação e dos currículos. Nesse âmbito, é importante que marquemos, a título de considerações finais, nossa posição em relação aos constrangimentos desse possível alinhamento. É o que fazemos a seguir.

Estudos mais recentes que analisam as influências dos movimentos de internacionalização da educação e dos currículos nos sistemas educativos no Brasil (AUTOR, ANOa, ANOb, AGUIAR, 2002, 2007; AMORIM, 2012; LEAL, 2016; LIBÂNEO, 2016; NOGUEIRA, 1998), podem servir de alerta para profissionais envolvidos com o campo em vista dos cuidados que devem tomar especialmente no que se refere a necessidade de entendimento e avaliação das finalidades, nem sempre tão explícitas, que impulsionam esse super-projeto transnacional e que chega ao Brasil pela educação superior, atingindo mais recentemente também os territórios da educação básica.

Esses especialistas, somando-se à outros, apontam que a internacionalização, de modo geral, está sustentada em três grandes pilares/finalidades, que sob alguns aspectos se cruzam/articulam ou se distanciam: uma delas, de base econômica, orienta-se pela racionalidade (neo)liberal, concebe a educação como um serviço-mercadoria e, portanto, trabalha para expandir as fronteiras, em escala global, desse novo e estratégico negócio. Uma segunda, de perspectiva acadêmica, toma como mote a qualidade e a excelência de resultados na educação, e com base nos ranqueamentos internacionais da produção científica e das aprendizagens essenciais, coloca as instituições de educação superior e básica na corrida por melhores *performances* em termos de resultados educacionais e de pesquisa. Em vários aspectos essa perspectiva se articula com a primeira; A terceira, de fundo cultural, menos expressiva em relação às demais, discursivamente se mobiliza pelo ideário das chamadas trocas interculturais, com foco, especialmente, nas questões relacionadas com diversidade linguística, igualdade racial e relações de identidade e gênero.

Nesse cenário, avaliamos que a perspectiva predominante, aquela que avança mais nitidamente e com maior velocidade nos territórios da educação básica, especialmente na etapa do ensino médio no Brasil, é a internacionalização de fundo econômico, marcada fortemente por uma racionalidade que associa e integra os interesses do estado liberal com os do mercado, concedendo a este último maior protagonismo. É, portanto, uma internacionalização privatizante que, em larga medida, desconsidera o acúmulo da experiência e a *expertise* do setor público e, por extensão, desqualifica os avanços duramente alcançados pelos sistemas de ensino do país nas últimas décadas.

Trata-se de um movimento protagonizado pelos setores privados e de mercado, que se servem dos repertórios discursivos da internacionalização para justificar pretensos sentidos de inovação, eficiência e qualidade para seus projetos e ações junto ao estado brasileiro em suas diferentes esferas de governo. Entre os argumentos hegemônicos nesse âmbito aparece com destaque a afirmação que a qualidade da educação deve ser baseada em evidências internacionais, que os exemplos a serem seguidos devem basear-se naquilo que consideram ser as *melhores práticas internacionais* e que as orientações mais substantivas são aquelas formuladas e disseminadas por consultores internacionais.

Entendemos que o CONSED forma parte desse cenário no qual a ideia de internacionalização serve fundamentalmente para dar cobertura técnica e política à institucionalização da privatização. Essa evidência, já marcada no tópico da apresentação do perfil da entidade, torna-se ainda mais nítida quando se faz, por exemplo, a leitura de documentos produzidos pelos chamados grupos de trabalho - coletivos

estes designados pelo Conselho para atividades estratégicas de sua agenda 2019-2020, dos quais formam parte pessoas da própria entidade, coordenadores pedagógicos das redes de ensino e representantes de organizações não estatais e privadas.

Entre documentos produzidos para e pelos GT nas diferentes frentes conforme mostra o quadro 4, encontra-se, por exemplo, o texto *Formação Continuada de Professores: Contribuições da Literatura Baseada em Evidências* (CONSED, 2020), organizado pela *Fundação Carlos Chagas* e a organização *Todos pela Educação*. Nele assume-se que o modelo de formação continuada de professores deve ter como base a literatura internacional baseada em evidências, destacando-se que essa abordagem pode “contribuir para o debate sobre a formulação e a implementação de iniciativas desta natureza no país”. (p.6). No texto, observa-se que tanto a literatura selecionada para a pesquisa, quando as próprias experiências em análise têm origem em países desenvolvidos, com destaque aos Estados Unidos e Canadá. Este é apenas um exemplo, entre os vários indicativos de adoção dessa lógica presentes nos textos dos documentos oficiais da Associação.

Avaliamos que o horizonte de alinhamento do CONSED com os discursos da internacionalização na perspectiva de mercado, se fortalece especialmente no contexto de três eventos nacionais importantes, os quais se entrecruzam em suas finalidades políticas e educacionais mais amplas. Trata-se, respectivamente, do movimento de formulação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC que teve seu início em 2015 e conclusão em 2017, da virada política pós *impeachment* de Dilma Roussef que colocou Michel Temer no governo em 2016; e da reforma do ensino médio, sancionada em fevereiro de 2017 pela Lei 13.415.

Em comum, no âmbito da educação, entre outros aspectos, tais eventos trouxeram como matriz discursiva estruturante: a necessidade de mudança imediata nos rumos das políticas educacionais e curriculares em andamento; a necessidade de rompimento com os modelos ideológicos até então hegemônicos na educação pública básica, a urgência na implantação de medidas oficiais que elevem os índices de rendimento educacional em relação aos padrões internacionais e ainda, a necessidade de articulação com novos parceiros para a tarefa de garantir modernidade, eficiência e qualidade aos sistemas e redes educativas. Notadamente, o CONSED assume esse novo ideário e passa a orientar suas ações com base na ampliação e intensificação de parcerias com o setor privado, na recepção e discussão de experiências internacionais consideradas de sucesso e na interlocução com consultores de organizações internacionais para a efetivação de seus projetos.

Edivente indicativo da adoção dessa lógica também pode ser observado pelo temas que passaram a ganhar destaque nas pautas das reuniões da Associação. Na reunião ordinária do CONSED realizada em Florianópolis/SC em março de 2015, por exemplo, se discutiu respectivamente os seguintes assuntos: i) Base Nacional Comum; ii) Cooperação internacional para professores da Educação Básica; iii) Currículo; iv) Embaixada dos EUA - parcerias educacionais; v) Inovação na educação; vi) Missão em liderança, Conselho Britânico vii) Movimento a indústria pela educação- FIESC; viii) Movimento Base Nacional Comum; ix) Programa de mobilidade para professores - Conselho Britânico (CONSED, 2020). É destacável, na pauta, o espaço reservado para assuntos que interessam ao setor privado e as organizações internacionais. Tudo isso numa reunião ordinária de uma entidade pública que tem a gestão da Educação Básica pública como principal objeto de atenção e cuidado.

Enfim, essa posição institucional do CONSED não parece ser estranha ao conjunto de tantas outras entidades e instituições educacionais que, seguindo a mesma linha, entoam o mantra da internacionalização privatizante, reposicionando deliberadamente as amplas finalidades da formação escolar de crianças, jovens e adultos para sentidos mais restritos de preparação de novos contingentes humanos para um mundo produtivo no qual a educação não passa de um serviço-mercadoria negociável nas distintas escalas da chamada indústria educacional global.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Andrea Moura de Souza. O recurso às escolas internacionais como estratégia educativa de famílias socialmente favorecidas. 2007. 241f. Tese (Doutoramento em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Reformas conservadoras e a nova educação: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. Campinas: *Educação e Sociedade*, v.40, 2019.

AGUIAR, Márcia Ângela. O Conselho Nacional de Secretários de Educação na reforma educacional do governo FHC. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 72-89, set. 2002.

AMORIM, Marina Alves. Educação dos Brasileiros e o Estrangeiro: breve histórico da internacionalização dos estudos no Brasil. *Brasília: Journal for Brazilian Studies*. vol. 1, n.1, Set, 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO CONSED. Portal oficial. Disponível em: <http://www.consed.org.br/>. Acesso em: 10 abril.2020.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. *Estatuto do Conselho Nacional de Secretários da Educação*. CONSED, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. Estudantes acompanham encontro da Frente de Currículo e Ensino Médio. *Vídeo institucional*. CONSED, 2020. Disponível em <http://www.consed.org.br/consed/gt-ensino-medio>. Acesso em: 21.abr.2020.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. Formação Continuada de Professores: Contribuições da Literatura Baseada em Evidências. CONSED, *Relatório de Pesquisa*, Junho, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. I Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação – CONSED 2015, em Florianópolis-SC. Portal CONSED: 2020. Disponível em: <http://www.consed.org.br/reuniao/i-reuniao-ordinaria-do-conselho-nacional-de-secretarios-estaduais-de-educacao-consed-2015-em-florianopolis-sc>. Acesso em 20 abr.2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. Campinas: *Educação e Sociedade*, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

FARIA, Geniana Guimarães. Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

LEAL, Fernanda Geremias; MORAES, Mário César Barreto. Internacionalização curricular no contexto do Sul-global. XVI Colóquio Internacional de Gestión Universtária - CIGU. Peru/Arequipa, 2016. *Anais... Peru/Arequipa*, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/171005/OK%20-%20103_00376.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 ago. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*, v.46 n.159, p.38-62 jan./mar, 2016.

MACIEL Ana Paula Brito; ALARCON Anderson de Oliveira e GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 8, n. 3, 2017.

MARANHÃO, Efrem de Aguiar. *O papel do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) no cenário educacional do País*. Centro de Informações e Biblioteca em Educação – CIBEC, Brasília/DF, 2000. Disponível em: download.inep.gov.br/.../cibec/pce/2000/papel_consed_cenario_educacional_pais.doc. Acesso em: 10 jun. 2018.

NOGUEIRA, Maria Alice. Uma dose de Europa ou Estados Unidos para cada filho: estratégias familiares de internacionalização dos estudos. *Pro-posições*, Campinas, v.9, n.1(25), p.113-131, mar, 1998.

THIESEN, Juarez S. Atuação e alinhamentos do Conselho Nacional de Secretários de Educação? CONSED com movimentos pela internacionalização da educação. *Cadernos de Educação -UFPEL (online)*, v. 1, 2020. p. 175-192.

THIESEN, Juarez S. CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: convergências com o discurso educacional global em contextos de internacionalização. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 14, 2019. p. 420-436.

THIESEN, Juarez S. Internacionalização dos currículos na Educação Básica: concepções e contextos. *Revista e-Curriculum*, PUCSP, v. 15, p. 991, 2017.

THIESEN, Juarez S. POLÍTICAS CURRICULARES, EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA, INTERNACIONALIZAÇÃO: aproximações e convergências discursivas. *Educação E Pesquisa*, v. 45, p. 1-16, 2019.

Recebido em: 16/07/2020

Aceito em: 14/10/2020

Publicado em: 11/12/2020